

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.982 - SP (2019/0187369-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A - MASSA FALIDA
ADVOGADO : JORGE TOSHIHIKO UWADA - ADMINISTRADOR JUDICIAL
- SP059453
AGRAVADO : SONIA HELENA DE CARVALHO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JAIRO SALVADOR DE SOUZA - DEFENSOR PÚBLICO -
SP258380
INTERES. : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO INCORPORADOR
DO
INTERES. : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
PROCURADOR : LÚCIA HELENA DO PRADO E OUTRO(S) - SP136137

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO DE DEMANDAS COM PEDIDOS ILÍQUIDOS CONTRA MASSA FALIDA EM LITISCONSÓRCIO COM PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA FAZENDA PÚBLICA. EXCEÇÃO AO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA. TEMA JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS: RESP 1.643.873/SP, REL. MIN. OG FERNANDES. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto por SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A. - MASSA FALIDA, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da CF/1988, objetivando a reforma do acórdão proferido pelo egrégio TJSP, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. Reintegração de posse da comunidade Pinheirinho, no Município de São José dos Campos. Polo passivo constituído por Massa Falida, Fazenda Pública Estadual e Município. Competência. Ação que demanda quantia ilíquida ajuizada após a decretação da falência. Quebra decretada em 1990, sob vigência do Decreto 7.661/45. Inteligência do art. 24, § 2º do Decreto 7.661/45 e art. 192 da Lei 11.101/2005. Ação não se sujeita ao juízo universal da falência. Aplicação das regras gerais de competência. Arts. 94 e 101 do CPC. Precedentes do STJ. Fazenda Estadual e Município no polo passivo

Superior Tribunal de Justiça

atraem a competência de uma das varas da fazenda pública da comarca. Decisão reformada. Manutenção da competência da 1ª Vara da Fazenda Pública de São José dos Campos para processar e julgar a ação. Recurso provido.

2. Em seu Apelo Nobre, a parte recorrente aponta, além da divergência jurisprudencial, violação dos arts. 7o., § 2o., e 24 da Lei do Decreto 7.661/1945, 103, 105 e 535 DO CPC/1973. Sustenta, em síntese, além de omissão no julgado, que a competência é do juízo falimentar.

3. É o breve relatório.

4. No tocante ao art. 535 do CPC/1973, inexistente a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

5. No julgamento do REsp. 1.643.873/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos, a Primeira Seção desta Corte firmou o entendimento de que *a competência para processar e julgar demandas cíveis com pedidos ilíquidos contra massa falida, quando em litisconsórcio passivo com pessoa jurídica de direito público, é do juízo cível no qual for proposta a ação de conhecimento, competente para julgar ações contra a Fazenda Pública, de acordo as respectivas normas de organização judiciária.* A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE DEMANDAS CÍVEIS ILÍQUIDAS CONTRA MASSA FALIDA EM LITISCONSÓRCIO COM PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. JURISPRUDÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO DESTE STJ QUANTO AO PRIMEIRO ASPECTO DA DISCUSSÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 6o, § 1o, DA LEI N. 11.101/2005. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CÍVEL COMPETENTE PARA O EXAME DA AÇÃO DE CONHECIMENTO. EXCEÇÃO AO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA. CONSTANDO DO POLO PASSIVO DE DEMANDA ILÍQUIDA, ALÉM DA MASSA FALIDA,

Superior Tribunal de Justiça

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, DEVE SER FIXADA A COMPETÊNCIA EM FAVOR DO JUÍZO DA FAZENDA PÚBLICA, SEGUNDO AS NORMAS LOCAIS DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 1.036 E SEGUINTE DO CPC/2015, C/C O ART. 256-N E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO STJ.

1. *O fundamento essencial desta demanda diz respeito à competência para julgar demandas cíveis ilíquidas contra a massa falida quando no polo passivo se encontram, como litisconsortes passivos, pessoas de direito público, no caso, o Estado de São Paulo e o Município de São José dos Campos. Assim, este feito que, em tese, estaria na jurisdição da Segunda Seção deste STJ, caso o litígio fosse estabelecido apenas entre a massa falida e uma pessoa de direito privado, foi deslocado para esta Primeira Seção, em vista da presença no polo passivo daquelas nominadas pessoas jurídicas de direito público.*

2. *A jurisprudência da Segunda Seção desta STJ é assente no que concerne à aplicação do art. 6º, § 1º, da Lei n. 11.101/2005 às ações cíveis ilíquidas - como no caso em exame -, fixando a competência em tais casos em favor do juízo cível competente, excluído o juízo universal falimentar. Precedentes: CC 122.869/GO, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 22/10/2014, DJe 2/12/2014; CC 119.949/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 12/9/2012, DJe 17/10/2012.*

3. *A Quarta Turma desta Corte Superior, por ocasião do julgamento do AgRg no REsp 1.471.615/SP, Rel. Ministro Marco Buzi, julgado em 16/9/2014, DJe 24/9/2014, assentou que se fixa a competência do juízo cível competente, por exclusão do juízo universal falimentar, tenha sido, ou não, a demanda ilíquida interposta antes da decretação da quebra ou da recuperação judicial: "A decretação da falência, a despeito de instaurar o juízo universal falimentar, não acarreta a suspensão nem a atração das ações que demandam quantia ilíquida: se elas já tinham sido ajuizadas antes, continuam tramitando no juízo onde foram propostas; se forem ajuizadas depois, serão distribuídas normalmente segundo as regras gerais de competência. Em ambos os casos, as ações tramitarão no juízo respectivo até a eventual definição de crédito líquido." 4. Aplicada a jurisprudência da Segunda Seção desta Corte Superior, no que concerne à relação jurídica prévia - competência para resolver sobre demandas cíveis ilíquidas propostas contra massa*

Superior Tribunal de Justiça

falida -, a resolução da segunda parte da questão de direito se revela simples. É que, tratando-se de ação cível ilíquida na qual, além da massa falida, são requeridos o Estado de São Paulo e o Município de São José dos Campos, pessoas jurídicas de direito público, será competente para processar e julgar o feito o juízo cível competente para as ações contra a Fazenda Pública, segundo as normas locais de organização judiciária.

5. *Tese jurídica firmada: A competência para processar e julgar demandas cíveis com pedidos ilíquidos contra massa falida, quando em litisconsórcio passivo com pessoa jurídica de direito público, é do juízo cível no qual for proposta a ação de conhecimento, competente para julgar ações contra a Fazenda Pública, de acordo as respectivas normas de organização judiciária.*

6. *Recurso especial conhecido e provido.*

7. *Recurso julgado sob a sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e art. 256-N e seguintes do Regimento Interno deste STJ (REsp. 1.643.873/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 19.12.2017).*

6. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo de
SELECTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A. - MASSA FALIDA.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR